

ATENDIMENTO EDUCATIVO ESPECIALIZADO COMO FACILITADOR DA INCLUSÃO: AEE E ATUAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA JUNTO A ALUNOS COM DÉFICIT COGNITIVO

Márcia Paiva de Oliveira, marciapaivaufpb@hotmail.com – UFPB
Graciara Alves dos Santos Araújo, graciara_alves@hotmail.com – UFPB
Gian Márcio Paiva de Oliveira, gianpaivaadm@hotmail.com – UFPB
Estefânia de Oliveira Barbosa, stefania_oliveirabarbosa@hotmail.com - UFPB

INTRODUÇÃO

Este estudo visa refletir sobre a influência da intervenção psicopedagógica no contexto da sala de atendimento educativo especializado (AEE), junto às crianças com deficiência intelectual, na perspectiva de viabilizar a inclusão escolar com equidade. Também tivemos como pretensão, possibilitar aos profissionais da educação a desenvolverem um olhar crítico acerca da inclusão de alunos com deficiência, sobre sua atuação e os resultados de sua ação. Portanto, visamos com essa investigação promover mudanças de paradigma no que se diz a respeito à aprendizagem do indivíduo com déficit cognitivo no contexto escolar regular.

O levantamento teórico para dar suporte a esse estudo analisou as políticas públicas de AEE e a prática pedagógica e psicopedagógica no contexto da sala de AEE, evidenciando tal âmbito como um instrumento facilitador no processo de escolarização de alunos com dificuldade de aprendizagem decorrente de deficiências, fazendo uma ponte teórica com a intervenção psicopedagógica. O **campo de pesquisa** foram duas escolas da rede municipal de ensino de João Pessoa, que também são campo de estágio supervisionado dos pesquisadores.

O atendimento educacional especializado identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. Esse tipo de atendimento é fundamental na escola inclusiva. Pois, a educação inclusiva tem por objetivo não só a inclusão educativa e social, mas o acesso e o sucesso educativo, a autonomia, a estabilidade emocional, assim como a promoção da igualdade de oportunidades, a preparação para o prosseguimento de estudos ou para uma

adequada preparação para a vida profissional e para uma transição da escola para o emprego de crianças e jovens com deficiência de carácter permanente.

Neste sentido, a educação inclusiva visa a criação de condições educativas para os alunos com limitações significativas ao nível da atividade e da participação num ou vários domínios de vida, decorrentes de alterações funcionais e estruturais, resultando em dificuldades continuadas ao nível da comunicação, da aprendizagem, da mobilidade, da autonomia, do relacionamento interpessoal e da participação social.

O AEE disponibiliza programas de enriquecimento curricular, o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização, ajudas técnicas e tecnologia assistiva. Ao longo de todo processo de escolarização, esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum. Em todas as etapas e modalidades da educação básica, o AEE é organizado para apoiar o desenvolvimento dos alunos, constituindo oferta obrigatória dos sistemas de ensino e deve ser realizado no turno inverso ao da classe comum, na própria escola ou centro especializado. Por ser um serviço especializado, o AEE é realizado mediante a atuação de profissionais com conhecimentos específicos no ensino da Língua Brasileira de Sinais, da Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua, do sistema Braille, da orientação e mobilidade, das atividades de vida autônoma, da comunicação alternativa, do desenvolvimento dos processos mentais superiores, dos programas de enriquecimento curricular, da adequação e produção de materiais pedagógicos, da utilização de recursos ópticos, da tecnologia assistiva.

Esses fatores supra referidos são respaldados no dizer de Vygotsky (1998, p. 118), que diz “[...] o aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental e põe em movimento vários processos de desenvolvimento que, de outra forma, seriam impossíveis de acontecer.” Nesse sentido, cabe à escola e seus profissionais criar as condições necessárias para o desenvolvimento do aluno e para a superação de seu próprio limite. Vygotsky e Luria (1996, p. 220) demonstram que “[...] paralelamente às ‘características negativas’ de uma criança defeituosa, é necessário também criar suas ‘características positivas’”. Para os referidos autores, o que ocorre é um ocorre a compensação do “defeito”. No correr da experiência, a criança aprende a compensar suas deficiências naturais; com base no comportamento natural e defeituoso, técnicas e habilidades culturais passam a existir, desestimulando e compensando o defeito. Elas tornam possível enfrentar

uma tarefa inviável pelo uso de caminhos novos e diferentes. O comportamento cultural compensatório sobrepõe-se ao comportamento natural defeituoso. (p. 221). Como pode ser percebido no dito por Vygotsky e Luria (1996), já no início do século passado, a criança com deficiência necessita de complementação e/ou suplementação no seu processo educativo para que aconteça a equidade com relação aos demais alunos.

O PNE (Plano Nacional de Educação) também faz referência a importância de se implementar adequadamente a educação de alunos com deficiência, dedicando uma de suas metas a essa modalidade, a Meta 4, que preconiza textualmente: Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos, o atendimento escolar aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, preferencialmente na rede regular de ensino, garantindo o atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, [...] nas formas complementar e suplementar. O PNE traz algumas estratégias para a implementação da Meta 4, tais como: implantar salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores para o AEE; garantir a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar a todos os/as alunos/as com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, matriculados na rede pública de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de diagnóstico e ouvida a família; fomentar a educação inclusiva, promovendo a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado; fomentar pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva com vistas na promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade, dos estudantes com deficiência.

O Decreto Nº 6.571 de 2008, que dispõe sobre o atendimento educacional especializado, em seu Art. 3º enfatiza que o MEC prestará apoio técnico e financeiro às seguintes ações voltadas à oferta do atendimento educacional especializado, entre outras que atendam aos objetivos previstos no referido Decreto (BRASIL, 2008): I - implantação de salas de recursos multifuncionais; II - formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado; III - formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para a educação inclusiva.

Portanto, essa pesquisa teve como **objetivo geral**, verificar a aplicabilidade da Psicopedagogia na sala de AEE, visando o processo de desenvolvimento e

aprendizagem de alunos com deficiência intelectual. Os objetivos específicos foram: evidenciar os pressupostos educativos que proporcionam desenvolvimento ao indivíduo em contexto socioeducativo da escola inclusiva; Analisar o suporte formativo que têm os professores que atuam nos contextos de AEE.

METODOLOGIA

Este estudo se caracterizou como uma pesquisa de campo, que teve a seguinte **abordagem metodológica**: trata-se de uma pesquisa participante dialética, de cunho qualitativa e descritiva. Optamos, portanto, pela seguinte **técnica de investigação**: observações sistemáticas, entrevistas semiestruturadas, análise documental e intervenção psicopedagógica (participante). Utilizamos os seguintes **instrumentos de coleta de dados**: Roteiro de entrevistas semiestruturadas, diário de campo e recursos multifuncionais. Para tanto, selecionamos uma amostra de 12 alunos com deficiência intelectual e 04 professores desses alunos, como **sujeitos da pesquisa**. Todo o processo de investigação desse estudo se deu com base na Resolução n. 466/12 do CNS/MS, a qual trata de nortear e definir as pesquisas com seres humanos

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As observações realizadas e os achados coletados através de entrevistas com os docentes do grupo amostral, evidenciaram que os professores designados para trabalhar na sala de AEE não tem formação específica para trabalhar com o desenvolvimento cognitivo, psicomotor e psicossocial de crianças com deficiência intelectual.

Quanto ao tocante à pesquisa participante junto ao grupo amostral discente, trabalhamos com eles intervenções no sentido de promover o desenvolvimento dos processos mentais superiores, com exercícios práticos e lúdicos. Anteriormente aplicamos um pré-teste para avaliar o nível dos sujeitos nos aspectos cognitivos e psicomotor, para fazer o controle pós intervenção.

Procedemos também com a orientação de readaptação curricular para esses alunos, com programas de enriquecimento curricular, os quais repassamos aos docentes de suas salas regulares. Fizemos dessa forma por ser um dos objetivos do Atendimento Educativo Especializados.

Trabalhamos no sentido de realizar a adequação e produção de materiais didáticos e pedagógicos para estimular a aprendizagem, observando cada caso e os

déficits que cada indivíduo apresentava. Bem como, confeccionamos material de tecnologia assistiva simples, adaptada caso a caso, pois alguns alunos tinham dificuldade até para pegar no lápis, devido à fragilidade do tônus muscular, próprio em pessoas com Síndrome de Down.

Ao final da pesquisa, constatamos que dos 12 alunos participantes, 60% tiveram alguma evolução no desenvolvimento, após as intervenções do estudo participante.

CONCLUSÃO

Notadamente, o AEE se caracteriza como elemento indispensável na escola inclusiva, pois proporciona os recursos de acessibilidade na educação dos alunos com deficiência, os quais asseguram condições de acesso ao currículo, por parte desses alunos com deficiência, promovendo a utilização dos materiais didáticos e pedagógicos, dos espaços, dos mobiliários e equipamentos. E, neste processo, a escola tem um importante desafio a enfrentar: encontrar caminhos que possam superar os limites impostos pela deficiência, através do mecanismo de compensação, e localizar sua atenção nas condições em que a aprendizagem ocorre. Nesse contexto, também podemos contar com a especializada contribuição do psicopedagogo para ampliar as possibilidades de desenvolvimento dos aprendentes com deficiência intelectual e outras tantas deficiências. Portanto, acreditamos no potencial dos atendimentos psicopedagógicos no contexto das salas de AEE, na qual o psicopedagogo pode trabalhar as seguintes demandas: Desenvolvimento dos processos mentais superiores; Programas de enriquecimento curricular; Adequação e produção de materiais didáticos e pedagógicos; Tecnologia assistiva entre outros.

Conclui-se que a sala de AEE pode favorecer o aprendizado de alunos com deficiência porque trabalha com as múltiplas inteligências, com diversos recursos que dão prazer no aprender. Pois, consideramos que a absorção de novos conhecimentos esta aliada ao prazer, e é nessa busca de estímulos, de motivação, somado a possibilidade de favorecer um ambiente harmonioso e interpessoal, que esse atendimento se destaca no desenvolvimento do indivíduo com deficiência na escola inclusiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **DECRETO Nº 6.571, DE 17 DE SETEMBRO DE 2008.** Dispõe sobre o atendimento educacional especializado. Brasília: Diário Oficial da União, 2008.

BRASIL. **PNE - Plano Nacional de Educação** – 2011/2021. Dispõe sobre o a educação Brasileira no decênio 2011 a 2021. Brasília: Diário Oficial da União, 2013.

GONSALVES, E. P. **Iniciação à Pesquisa Científica**. 3 ed. Campinas, SP: Alínea, 2003.

GROPPO, L. A.; MARTINS, M. F. **Introdução à Pesquisa em educação**. Piracicaba, SP: Biscalchin, 2007.

VYGOTSKY, L. S; LURIA, A R. **Estudos sobre a história do comportamento: o macaco, o primitivo e a criança**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

VYGOTSKY, L. S. **Fundamentos da Defectologia**. Cuba: Pueblo y Educación, 1997.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente** – o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 6ª ed., 1998.